



## Disseminação de políticas de gestão de acervos brasileiras na web

Raquel França Garcia Augustin<sup>1</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa visa realizar um diagnóstico sobre a disseminação de políticas de gestão de acervos pelos museus brasileiros via web a fim de compreender a situação nacional quanto à disseminação desse tipo de documento. Pretende analisar o conteúdo dos documentos recuperados a fim de compreender como os documentos que registram as políticas de gestão de acervos estabelecem relações entre as etapas constituintes da gestão dos acervos musealizados (aquisição, documentação, conservação, empréstimos e alienação). Concluiu-se que menos de 1% dos museus brasileiros disponibilizam suas políticas de gestão de acervos na web. Também que as poucas políticas recuperadas pertencem a instituições públicas e que elas destacam as interrelações entre os processos da gestão de acervos, ressaltando a importância da sua complementariedade para a eficiência e eficácia do sistema de gestão de acervos para o museu.

**Palavras-chave:** Políticas de Gestão de Acervos; Musealização; Web. Museu; Patrimônio Cultural.

## Dissemination of Brazilian collection management policies on the web

**Abstract:** The present research aims to make a diagnosis about the dissemination of collections management policies by Brazilian museums through the web in order to understand the national situation regarding the dissemination of this type of document. It intends to analyze the content of the recovered documents in order to understand how this documents establish relations between the constituent stages of the management of the museum collections (acquisition, documentation, conservation, loans and alienation). It was concluded that less than 1% of Brazilian museums make their collection management policies available on the web. Also, the few policies recovered belong to public institutions and they highlight the interrelations between the processes of collection management, emphasizing the importance of their complementarity to the efficiency and effectiveness of the collection management system for the museum.

**Keywords:** Collection Management Policies; Musealization; Web; Museum; Cultural Heritage.

### Considerações iniciais

O patrimônio cultural é constituído por um conjunto de práticas culturais, saberes e seus produtos, aos quais são atribuídos valores e significados que remetem a uma coletividade, à necessidade de preservação desses bens e de sua transmissão em vista de um sentimento de identificação e pertencimento atrelados aos valores e aos significados supracitados. Ao ser incorporado ao museu, esse patrimônio passa por um processo de musealização que atribui novos sentidos e significados aos objetos.

A musealização proporciona a compreensão da instituição museológica como um espaço gerador, gestor e preservador do conhecimento científico e cultural tendo em vista o trabalho da instituição com a coleta, análise e disseminação de informações referentes aos objetos musealizados. O museu caracteri-

<sup>1</sup> Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2017). Professora substituta do curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da UFPel. Pesquisadora do grupo de pesquisa Musaetec. Conservadora-Restauradora de Bens Culturais Móveis. E-mail: rfgaugustin@gmail.com

za-se como um espaço gerador e gestor, por ser responsável pela reunião, pela descoberta de informações sobre os objetos por ele custodiados e pela viabilização do uso das informações com a criação de discursos expográficos que demonstrem o conhecimento desenvolvido por meio da reunião e da análise de determinados objetos ou coleções em conjunto. É espaço preservador, por salvaguardar os objetos que são fontes de informação - assim como os registros dos discursos produzidos sobre eles, as exposições - e pela aplicação de todos os tratamentos pelos quais passaram, sejam eles materiais ou referentes ao seu conteúdo informacional.

A gestão de acervos compõe os processos de musealização por meio do gerenciamento das atividades de aquisição, documentação, conservação, empréstimos e alienação dos bens culturais. Enquanto sistema composto por processos e atividades, a gestão de acervos é planejada nas políticas de gestão de acervos, documentos desenvolvidos para direcionar e orientar a equipe da instituição na execução dos processos e atividades.

A presente pesquisa visa realizar um levantamento das políticas de gestão de acervos dos museus brasileiros disponibilizadas na web e, assim, confeccionar um diagnóstico de sua disseminação. Pretende também analisar as políticas de gestão de acervos recuperadas, compreendendo como elas apresentam as inter-relações entre as atividades componentes do sistema.

### **Patrimônio cultural, musealização e gestão de acervos**

O patrimônio cultural de um povo é concebido por produtos da trajetória humana sobre o planeta que foram considerados representativos por uma coletividade para integrar seu universo simbólico (SCHEINER, 2007). É composto pelo “conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo” (BRAYNER, 2007, p.12). Ele se vincula à concepção de algo sujeito à perda e ao conseqüente anseio de sua preservação, ou seja, para ser patrimônio é preciso que o bem em questão tenha importância para a sociedade, seja valorizado em instância histórica, artística, documental ou outra (DESVALLES; MAIRESSE, 2013). Chagas (2005) acrescenta que, além de sofrer uma atribuição de valor, ao bem deve ser convertido o desejo de transmissão às gerações futuras, tornando-se, assim, objeto de uma ação preservacionista.

Desvalles e Mairesse (2013) observam que, a partir de 1950, a noção de patrimônio, antes compreendida como monumento histórico, o qual, segundo eles, abarcava somente os bens imóveis, foi ampliada. Ela passa, então, a denominar o “conjunto de testemunhos materiais do homem e do seu meio”, isto é, passa a incluir todos os testemunhos palpáveis transmitidos pelos ancestrais humanos à geração atual que, por sua vez, é responsável pela transmissão às gerações futuras. Os autores acrescentam que a concepção de transmissão está intimamente vinculada ao surgimento da ideia de patrimônio imaterial, como as tradições, os costumes, as celebrações, os ofícios e os saberes característicos de uma cultura e de uma comunidade. Este patrimônio é composto por manifestações vivas, representativas de uma identidade, um patrimônio em constante recriação e preservado, até então, pelos ensinamentos e pelas transmissões orais do conhecimento, de geração em geração.

Tal incorporação está presente na noção de patrimônio cultural assegurado pela Constituição Bra-

sileira por meio do artigo 216 que aponta, além disso, o caráter de referência cultural herdada coletivamente daquilo que é considerado bem patrimonial:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Essa definição destaca que o patrimônio cultural reflete aspectos das configurações dos grupos sociais, por isso confere um sentimento de pertencimento às pessoas que voluntariamente lhe atribuíram significados e valores, incorporando-o ao universo simbólico de que partilham (SCHEINER, 2007; CHAGAS, 2005). Araripe (2004) corrobora tal percepção ao relacionar o patrimônio à criação da memória social, evocando a influência da concepção do patrimônio como constituinte de um ideário individual e coletivo de referências culturais. Ela defende a concepção de patrimônio como instrumento de apropriação da sociedade para com a sua memória e dos consequentes usos sociais que se vinculam a essa tomada de posse das informações, representações e valores intrínsecos a ele. A autora concebe-o como elemento formador da sociedade ao compreendê-lo como *“fonte de (in)formações, como testemunha das mudanças e não da permanência das sociedades [...] ao qual se atribuem valores, não só materiais mas principalmente culturais, com uma valiosa carga de representação simbólica”*. Ela acrescenta que o patrimônio se forma na memória individual e coletiva das pessoas através dos processos de identificação dos grupos sociais com aquilo que os representa, acrescentando que

[...] é na memória acumulada que os indivíduos se reconhecem enquanto ser social e sujeitos partícipes na construção de uma identidade local, que apresente passado e presente numa sucessão de interligações. Sem memória é impossível o homem situar-se no tempo da história e, portanto, sentir-se sujeito dessa história. (ARARIPE, 2004, p.121)

A partir do levantamento de conceitos realizado, compreendemos que o patrimônio cultural é constituído por representações, que podem ser testemunhos materiais ou manifestações imateriais significativas da herança cultural para a memória e a formação da sociedade com consequente reconhecimento identitário pelos grupos sociais. Ambos em suas especificidades são indícios de conhecimentos gerados pelo homem, capazes de promover a inclusão social e um sentimento de reconhecimento, de pertencimento a um lugar, classe ou ideologia. Tais representações devem ser salvaguardadas para que as próximas gerações também tenham acesso a elas e possam passar pelo mesmo processo de identificação, reconhecimento e pertencimento. A partir da atribuição de valor a tais representações do reconhecimento de seu papel simbólico na construção de um futuro e do receio da perda implícito na passagem do tempo e nos ocasionais desastres ou guerras, desponta a ideia de preservação do patrimônio.

O conceito de preservação do patrimônio abrange uma ampla gama de práticas e atuações em prol da proteção, conservação e extensão do uso responsável dos bens culturais, como os instrumentos legais

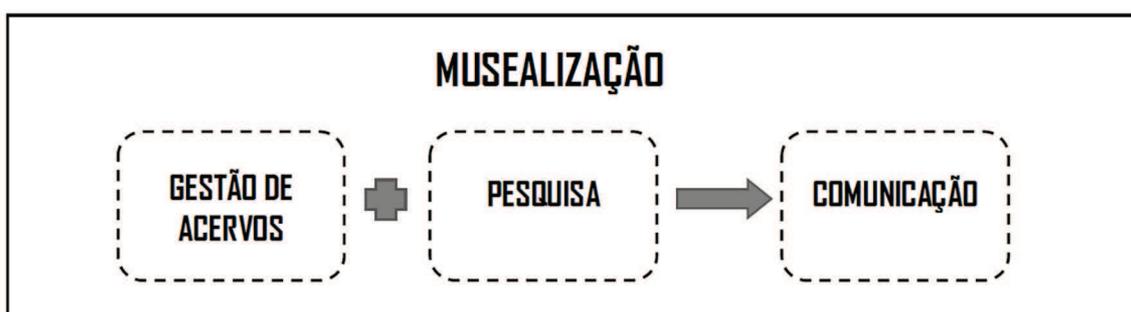
de proteção e de gestão dos bens culturais, as intervenções de conservação que evitam e retardam sua deterioração, o controle ambiental de seus ambientes de exposição e guarda, as ações de documentação destinadas ao seu registro, o acondicionamento e o armazenamento adequados, a formação de políticas que estabeleçam o acesso à informação e à sua disseminação perante o público e o fornecimento de recursos financeiros e humanos para seu gerenciamento (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS; 2012; SANTOS; LOUREIRO, 2012).

Para a museologia, a preservação engloba os processos de gestão de acervos, sendo representada por um conjunto composto por diversas atividades, pois

[...] engloba todas as operações envolvidas quando um objeto entra no museu, isto é, todas as operações de aquisição, entrada em inventário, catalogação, acondicionamento, conservação e, se necessário, restauração. Em geral, a preservação do patrimônio conduz a uma política que começa com o estabelecimento de um procedimento e critérios de aquisição do patrimônio material e imaterial da humanidade e seu meio, cuja continuidade é assegurada com a gestão das coisas que se tornaram objetos de museu, e finalmente com sua conservação [...] (DESVALLES; MAIRESSE, 2013, p.79).

Ao abordar a relação entre o patrimônio cultural, a musealização e a preservação, é possível inferir que uma parcela da sociedade vincula ao bem, ao ser considerado patrimônio, uma necessidade de preservá-lo, e uma das formas de preservação existente é a musealização. A musealização e a preservação encontram-se em uma relação cíclica, visto que a musealização tem como um de seus objetivos principais a preservação. E a preservação se utiliza da musealização para acontecer, sendo realizada e concretizada pelos processos de gestão de acervos, diretamente associados à musealização de bens culturais (FIGURA 1).

A gestão de acervos, potencializadora da musealização, promove o tratamento material e informacional dos bens culturais, sistematizando os processos de aquisição, documentação, conservação, empréstimo e alienação, de forma a apoiar a missão do museu e condicionar recursos de tempo, dinheiro, equipamentos, materiais, espaço físico e pessoal conforme apontado por Ladkin (2004).



**Figura 1:** Relação da gestão de acervos com a musealização  
**Fonte:** AUGUSTIN, 2017, p.39 baseado em Cury, 2005, p.26.

O processo de aquisição inicia a cadeia de musealização do bem cultural. A seleção e a incorporação do objeto ao museu são determinantes para sua preservação enquanto representante testemunhal de algum evento, acontecimento ou época. Já o processo de alienação demarca que o objeto não cumpre mais essa função testemunhal ou não se vincula à missão institucional.

Neste íterim a documentação nos museus é desenvolvida de modo a registrar informações pertinentes sobre os acervos e a facilitar a realização de procedimentos técnicos referentes à sua gestão. Com a adoção de um sistema de documentação eficiente, a realização de atividades, como as políticas de acervos, a prestação de contas referente ao acervo, o cuidado, o acesso, a interpretação e a utilização das coleções e a pesquisa do acervo, são descomplexificadas (COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO; CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 2014). Como processo, a documentação museológica contempla etapas, como o inventário, a catalogação, a marcação dos objetos, o mapeamento dos locais de guarda, a gestão dos registros e a produção de documentos técnicos.

A conservação do acervo, por sua vez, contempla os cuidados com os bens culturais em sua instância material e o gerenciamento de riscos a que os bens culturais estão expostos. O processo de conservação agrega atividades de conservação preventiva, conservação curativa e restauração. Ou seja, é a área responsável pelo aprofundamento do estudo dos aspectos físicos dos bens culturais, como seus materiais constituintes, suas técnicas de manufatura e sua condição atual de conservação. Assim como é responsável pela implantação de medidas de controle e monitoramento para a estabilização dessa condição e de medidas interventivas para facilitar a leitura e a compreensão dos bens componentes do acervo. Dentre as atividades desenvolvidas no processo, encontram-se as práticas de controle e o monitoramento ambiental, a execução de métodos de acondicionamento e armazenamento adequados, de técnicas de manuseio apropriadas a cada tipologia de obra, a análise das condições de transporte e embalagem, a determinação de detalhes dos suportes museográficos, de instruções para montagens específicas ou sua própria confecção, a manutenção de exposições e as intervenções de restauração.

Já a realização de empréstimos de bens culturais entre instituições museológicas ou entre instituições e colecionadores particulares envolve o cumprimento de diversos trâmites entre os envolvidos como: seleção das obras, verificação de seu estado de conservação, estabelecimento de condições para o empréstimo da obra com base em seu estado de conservação e nos padrões indicados internacionalmente para a sua preservação, contratação de seguro, providência de embalagem, transporte e *courrier* para a obra e também de toda a documentação interna e externa necessárias.

Conforme apontado nas considerações iniciais, as políticas de gestão de acervos são os documentos que registram as orientações institucionais quanto a esses processos. Quanto a elas, O código de ética para museus, desenvolvido pelo Conselho Internacional de Museus (Icom), mencionando-as indiretamente, estabelecendo a necessidade de elaboração e divulgação de políticas institucionais, enumerando diversas características intrínsecas ao seu desenvolvimento. O documento menciona que as instituições devem desenvolver documentos relativos às políticas de aquisição, proteção e utilização de acervos que esclareçam o destino dos bens que não serão catalogados, preservados ou expostos, atuando com transparência perante a comunidade em que se inserem. Afirma que tais políticas devem assegurar que os acervos e seus respectivos registros sejam acessíveis para uso pela geração atual e pelas gerações futuras nas melhores condições possíveis de acordo com os conhecimentos e recursos disponíveis, fazendo referência à realização de mostras, exposições e pesquisas. Salienta a importância da conservação preventiva nas políticas de museus, destacando a responsabilidade dos profissionais em providenciar ambientes de guarda, exposição e trânsito adequados às necessidades dos acervos.

Junto a essas indicações, o código de ética estabelece que as políticas de acervos devem enfatizar a relevância desses acervos como testemunhos primários, realçando sua descrição nas políticas de gestão de acervos posto que esses bens culturais “*refletem o patrimônio cultural e natural das comunidades de onde provêm. Desta forma, seu caráter ultrapassa aquele dos bens comuns, podendo envolver fortes referências à identidade nacional, regional, local, étnica, religiosa ou política*” (CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 2009, p.24).

O código apresenta também algumas diretrizes direcionadas a determinados tipos de instituições ou situações, no sentido de mostrar o caráter diferencial do tratamento dos acervos de cunho antropológico. Ele sugere que os museus definam procedimentos claros e específicos para solicitações de retirada ou devolução de restos humanos ou de objetos considerados sagrados por uma comunidade. Evidencia também que as mostras e as exposições, de curta ou longa duração, devem apresentar conformidade com a missão, as políticas e os objetivos da instituição museal, assegurando a qualidade e a adequada proteção dos acervos. Alerta, inclusive, para a criação de políticas com diversas finalidades, como uma referente à proteção dos bens no caso de sinistros (conflitos armados, desastres naturais ou causados pelo homem) e outra referente às coletas de campo (se esta for uma das formas de aquisição de acervos do museu). Por fim, declara que as políticas dos museus devem concordar com a legislação internacional utilizada na elaboração do código de ética para museus.

Em âmbito nacional, a lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, institui o Estatuto dos Museus e aborda, dentre outros elementos, a elaboração dos planos museológicos e a aplicação de ações voltadas à preservação do acervo museológico nacional, contemplando documentos e processos relacionados à gestão de acervos. Destacamos alguns parágrafos e artigos dessa lei relevantes à preservação do patrimônio musealizado e seus registros:

[...] Art. 21. Os museus garantirão a conservação e a segurança de seus acervos.

Parágrafo único. Os programas, as normas e os procedimentos de preservação, conservação e restauração serão elaborados por cada museu em conformidade com a legislação vigente.

[...]

Art. 38. Os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente.

[...]

Art. 39. É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários. [...] (BRASIL, lei 11.904, 2009).

Em consonância com a lei nº 11.904, em 2012, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), órgão de referência nacional no que diz respeito ao manejo de instituições museológicas, lançou uma publicação que destaca a importância das políticas de gestão de acervos e do planejamento estratégico para o aperfeiçoamento da preservação desenvolvida pelas instituições museológicas. Como órgão nacional de referência para a administração de museus, ele reconhece as lacunas existentes na legislação nacional vigente referente às orientações destinadas aos museus e aponta diversas ações para a promoção e a preservação do patrimônio museológico. Dentre as ações indicadas, destacam-se:

12.1.3 Criação e aperfeiçoamento de legislação que oriente a atuação dos museus no país, sobretudo, no que diz respeito às políticas de gestão, preservação, conservação, restauração, segurança, pesquisa, difusão e acesso [...]

12.6.1 Estímulo à criação e ao aperfeiçoamento de instrumentos normativos que orientem e apliquem sanções para a proteção do patrimônio museológico e coleções;

12.6.2 Incentivo à implantação de políticas de preservação do patrimônio museológico e coleções; [...]

12.7.1 *Criação de um programa de políticas integradas de permuta, aquisição, documentação, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão do patrimônio museológico e das coleções; [...] (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2012, p.8-11).*

Diante de tais indicações surgiu a motivação da presente pesquisa: averiguar qual era o estado da disseminação na web das políticas de gestão de acervos brasileiras.

### Procedimentos Metodológicos

A pesquisa desenvolveu-se por meio do levantamento e de um diagnóstico da disseminação via web das políticas de gestão de acervo através de uma abordagem quantitativa e de estudos de caso seguindo um método analítico qualitativo. O diagnóstico foi realizado por meio de um levantamento de documentos disponibilizados na web e do tratamento quantitativo dos dados referentes a esse levantamento.

Realizou-se uma análise de dados primários disponíveis nesses documentos, (políticas de gestão de acervos) disponibilizados por museus ao público através da internet. A investigação delinea-se como um estudo de caso, por contemplar o “*estudo exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado do mesmo [...]*” (GIL, 1987, p.78). A análise caracteriza-se como documental, por envolver o estudo de documentos existentes para entender seu conteúdo ou significado (RITCHIE, 2003). O caráter da análise documental envolve uma abordagem qualitativa dos dados disponibilizados pelo documento referente à sua interpretação. Os dados coletados classificam-se como primários, por terem sido coletados pelo próprio pesquisador e apresentarem um caráter original, distinguindo-se de dados secundários, os quais já foram coletados e analisados estatisticamente por outro pesquisador (KOTHARI, 2004).

O universo contemplado na pesquisa abrange políticas de gestão de acervos disponibilizadas na web, de museus do Brasil. Conforme apontado, as políticas de gestão de acervo constituem documentos fundamentais para o planejamento estratégico da execução dos processos associados ao tratamento do acervo musealizado e conseqüentemente ao desenvolvimento de protocolos de procedimentos vinculados a eles. O universo da pesquisa abrange instituições museológicas do Brasil por visar compreender a adoção e a disseminação de tais documentos em âmbito nacional.

Foi escolhida a parcela de documentos disseminada via web em virtude da abrangência do alcance do meio, de ele ser o meio de busca mais utilizado atualmente e por constituir-se como um repositório digital de modelos de referência para a formulação de documentos por instituições que ainda não as elaboraram.

Os dados analisados estão presentes nos documentos disponibilizados pelas instituições na internet sendo recolhidos por meio da coleta de tais documentos. Essa coleta se deu por meio da combinação

de termos no buscador Google em uma janela anônima. Após esse levantamento inicial, as páginas web de cada instituição denominada museu, ecomuseu ou pinacoteca listada no Guia de Museus Brasileiros (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011) foi visitada com o intuito de confirmar a quantidade de políticas disponibilizadas na internet.

Quanto à análise crítica dos documentos, inicialmente foi realizada a contextualização da instituição a que as políticas estão vinculadas, e posteriormente o conteúdo dos documentos foi considerado no que tange aos processos constituintes da gestão de acervos. Buscou-se analisar a presença da inter-relação entre os processos apresentados.

### Diagnóstico quantitativo de disseminação das políticas

No primeiro levantamento realizado através do buscador Google, com as combinações de termos museu + política de gestão de acervos, museu + política de empréstimo, museu + política de aquisição, museu + política de conservação, museu + política de documentação, oito documentos foram recuperados: Política de aquisição e descarte de acervos do Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC); Política de aquisição e descarte do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast); Política de preservação de acervos institucionais do Museu de Astronomia e de Ciências Afins (Mast); Política de empréstimo de obras do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC/USP); Política de acervo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj); Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC); Política de dados de coleções e acervos científicos biológicos do Museu Paraense Emílio Goeldi (Mpeg); Política de preservação de acervos da Embrapa (a qual foi descartada por não configurar-se como uma instituição museológica).

No segundo levantamento realizado, foram consultadas as páginas web de 2.021 instituições listadas no Guia Brasileiro de Museus (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011) que se autodenominavam museu, ecomuseu ou pinacoteca, recuperando-se mais três documentos não encontrados anteriormente: Normas gerais de uso e gerenciamento das coleções científicas do Museu Paraense Emílio Goeldi (Mpeg); Política de aquisição e descarte de bens culturais do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (MJERJ); Procedimentos e normas do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (Mae/Usp).

Após a recuperação de tais documentos, foi realizada uma nova consulta aos sites das instituições que disponibilizaram seus documentos para verificar a organização da informação ali postada, fazendo referência à área da arquitetura da informação. Buscou-se recuperar o caminho percorrido para a obtenção dos documentos através dos portais das instituições, o qual se denominou fluxo de recuperação (FIGURA 2).

A aba de hospedagem das políticas de gestão de acervos varia de instituição para instituição, apresentando-se, na seção de caracterização do museu, como “Institucional”, “O museu”, “Museu”, “Acesso à informação”, “Regulamentação”, em sete dos oito museus pesquisados (Mast, Fundaj, Mpeg, MHSC, MJERJ, MAE/USP, MAC/USP). Nas páginas do Mast e do Mpeg, foram recuperados dois documentos distintos, mas complementares. Os do Mpeg encontram-se na mesma seção (“O museu”), já os do Mast encontram-se em seções diferentes, o que não proporciona um fluxo contínuo de informação sobre gestão de acervos.

O primeiro documento apresenta dados sobre a preservação do acervo da instituição, localizando-se na seção de publicações do museu, e o segundo discorre sobre os processos de aquisição e descarte do acervo, vinculando-se à seção que apresenta a comissão responsável por esses processos. Diferentemente dos anteriores, a COC dissemina sua política através de uma seção referente ao patrimônio cultural da instituição, vinculando as informações de apresentação e caracterização dos acervos com os dados de gerenciamento. Constatou-se que o caminho mais longo para a obtenção dos documentos demandou o acesso a quatro abas distintas do site da instituição (Mast), enquanto que o caminho mais curto demandou o acesso a apenas duas abas (COC, MJERJ, MAE/USP, MAC/USP).

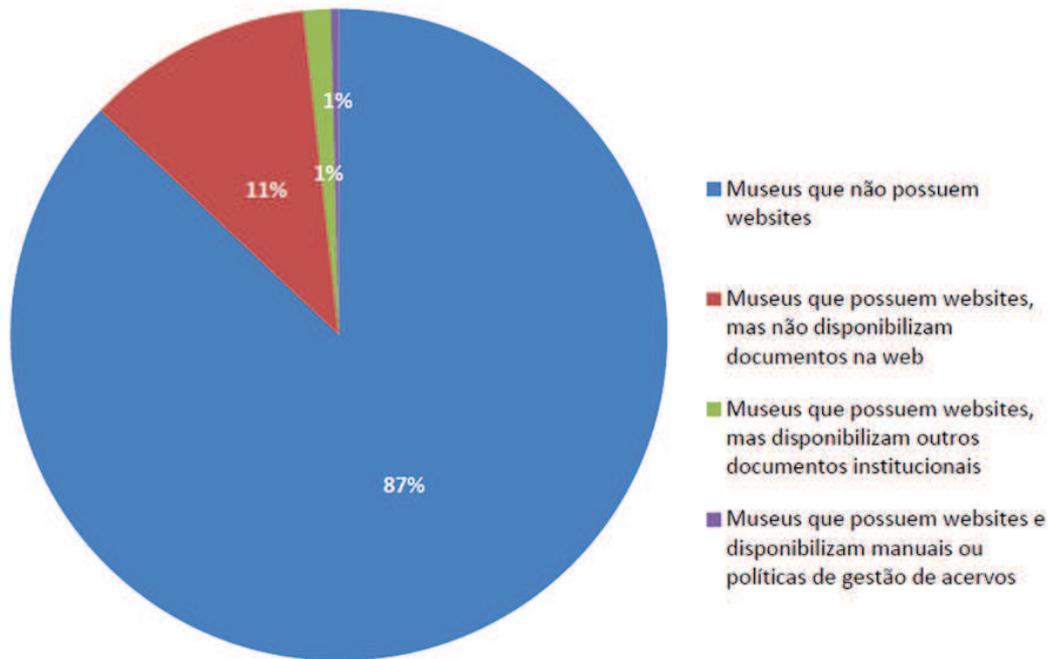


**Figura 2:** Fluxo de recuperação das políticas de gestão de acervos disponibilizadas pelos sites dos museus brasileiros.

**Fonte:** AUGUSTIN, 2017, p.53.

Destacam-se dois diferenciais do MAC/USP: o museu exibe sua política de empréstimos como uma aba do site, enquanto os outros disseminam seus dados como um documento para download; além disso, disponibiliza uma versão do texto em inglês, visando ofertar as informações primárias sobre o assunto para o público estrangeiro. Em complemento a esses dados, o museu disponibiliza normas voltadas a propostas de comodato e doação de itens para o acervo, as quais não foram incluídas por se configurarem como subetapas do processo de aquisição do sistema de gestão de acervos institucional.

Os levantamentos realizados apontaram uma lacuna nas instituições museológicas brasileiras: a maior parte delas (87%) não possui uma página web oficial<sup>12</sup> para disponibilização de notícias, documentos, disseminação do acervo e promoção de contato com o público (GRÁFICO 1). Tal indício aponta uma necessidade preliminar de inclusão digital dessas instituições. Algumas, apesar de não possuírem portais oficiais, apresentavam perfis em redes sociais ou blogs, meios de comunicação de caráter majoritariamente informal.

**Gráfico 1** – Disponibilização de documentos por museus brasileiros na web

**Fonte:** AUGUSTIN, 2017, p.55.

Das 2.021 instituições pesquisadas, 261 (13%) possuem portais digitais. Mais da metade dos sites de museus brasileiros (55%) são de instituições localizadas na região Sudeste (GRÁFICO 2). Em segundo lugar, aparecem os sites de instituições da região Sul (25%), seguida pela região Nordeste (13%), pela Centro-Oeste (5%) e pela Norte (2%). Esses dados apontam uma maior integração digital dos museus com o público nas duas primeiras regiões citadas e uma carência dessa interação nas regiões subsequentes.

Constatamos que, das 2.021 instituições pesquisadas, 11% possuem páginas na web, mas não disponibilizam suas políticas de gestão de acervos, 1% disponibiliza outros documentos institucionais técnico-administrativos diversos das políticas e outros 1% dos museus brasileiros disponibiliza suas políticas de gestão de acervos na web (GRÁFICO 1).

Dentre os documentos institucionais técnico-administrativos recuperados, foram encontrados regimentos internos, estatutos, inventários, relatórios de atividades, contratos de gestão, termos de referência para propostas de gerenciamento, planos museológicos, políticas de atendimento ao público, normas e atribuições para coordenadores de projetos, monitores e estagiários, balanços patrimoniais, guias apresentando o acervo e dando informações gerais ao público, políticas de exposições, manuais de organização com indicações generalistas das funções de cada setor do museu, manuais de recursos humanos, diagnósticos de conservação preventiva, regulamentos, organogramas, políticas de segurança, políticas de treinamento e desenvolvimento de pessoas e portarias sobre taxas de utilização espacial. A gama de tipologias recuperada aponta a diversidade de documentos técnico-administrativos produzida por museus que pode ser de interesse público. Os dados presentes nesses documentos são voltados a usuários interessados no funcionamento da instituição museológica, como organização cultural, transformando-os em fontes de dados para eles e para outras instituições.

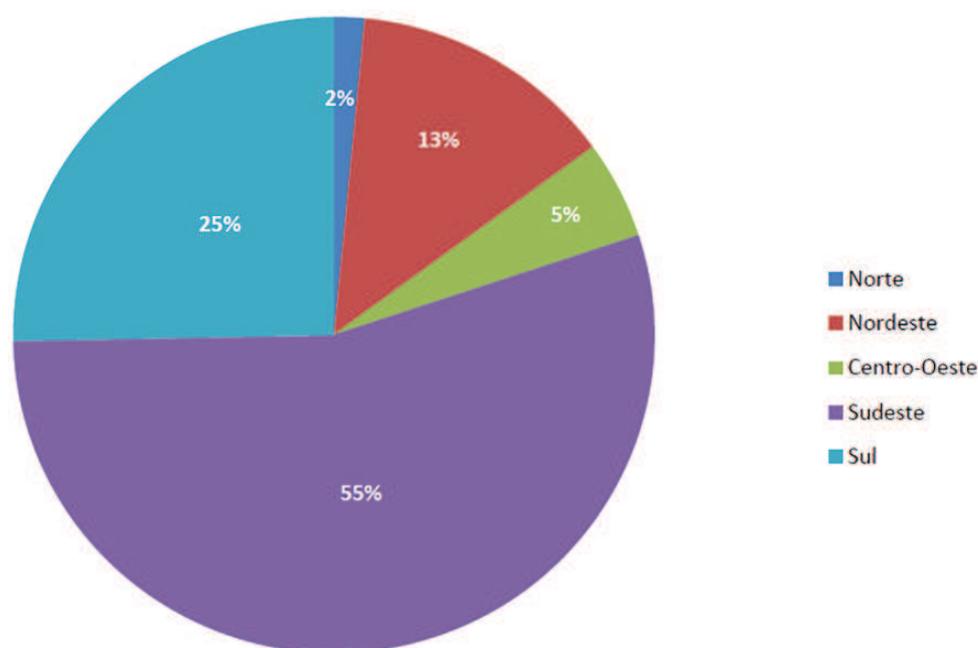
A divulgação de outros documentos técnico-administrativos é positiva, pois implica uma preocu-

pação com a disseminação de informação pelas instituições. A questão implícita nos resultados encontrados é: os museus que não disponibilizaram suas políticas de gestão de acervos somente não as disponibilizaram ou não as desenvolveram? Para responder a tal questionamento, se faz necessária uma pesquisa mais ampla, na qual cada instituição é contatada para que a resposta seja obtida.

Dentre os documentos recuperados, um se destaca: a instrução normativa que estabelece diretrizes para a Emissão de Endossos Institucionais para a guarda de remanescentes arqueológicos no Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. Se reelaborada, essa instrução normativa poderia configurar-se como parte da política de aquisição do museu, pois apresenta diretrizes para a aquisição de remanescentes arqueológicos vinculados ao município de Porto Alegre, assim como a forma de entrega dos artefatos, a documentação que deve ser produzida e as condições de armazenamento que devem ser providenciadas para a aceitação do material.

Após os dois levantamentos, foram recuperadas, ao todo, 11 políticas de gestão de acervos. Optou-se pela realização da análise de 05 delas: a política de aquisição e descarte e a política de preservação de acervos do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), a política de acervos da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), a política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC) e as normas gerais de uso e gerenciamento das coleções científicas do Museu Paraense Emílio Goeldi (Mpeg). Tal escolha foi feita em razão dos conteúdos desses documentos, os quais abrangem todos os processos da gestão de acervos. Os documentos do MAC/USP, do MJERJ e do MHSC referem-se somente aos processos de aquisição e alienação, enquanto a política da Embrapa se refere a atividades realizadas fora de uma instituição museológica, campo ao qual a pesquisa não se estende, conforme dito anteriormente.

**Gráfico 2** – Distribuição dos sites de museus brasileiros de acordo com as regiões do país



Fonte: AUGUSTIN, 2017, p.56.

As quatro instituições pesquisadas possuem caráter público, vinculando-se a um determinado ministério governamental. O Museu de Astronomia e Ciências Afins e o Museu Paraense Emílio Goeldi associam-se ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação como unidades de pesquisa. Já a Casa de Oswaldo Cruz vincula-se ao Ministério da Saúde por intermédio da Fundação Oswaldo Cruz, configurando-se como uma unidade técnica desta voltada à preservação e à promoção do seu patrimônio histórico arquitetônico, artístico e documental. Por fim, a Fundação Joaquim Nabuco relaciona-se ao Ministério da Educação, sendo responsável pelos acervos da Biblioteca Central Blanche Knopf (Bibli), do Museu do Homem do Nordeste (Muhne) e do Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira (Cehibra).

A Casa de Oswaldo Cruz e o Museu de Astronomia e Ciências Afins possuem sede na cidade do Rio de Janeiro (RJ), na região sudeste do país, enquanto o Museu Paraense Emílio Goeldi situa-se na cidade de Belém (PA), e a Fundação Joaquim Nabuco na cidade de Recife (PE), respectivamente nas regiões norte e nordeste do país. Vale ressaltar que as quatro instituições apresentam os termos preservação ou conservação em seus regimentos internos ou atas de constituição, seja como finalidade, missão ou um dos objetivos institucionais. Adiante apresentar-se-á as tipologias de acervos trabalhadas por cada instituição, conforme apresentado nas suas políticas de gestão de acervos.

### **Análise crítica do conteúdo das políticas recuperadas**

Em termos estruturais, as primeiras observações realizadas referem-se aos títulos e ao número de páginas de cada documento, assim como à separação em um ou mais arquivos. O Mast é a única instituição a dividir o conteúdo em dois documentos com os seguintes títulos: “Política de aquisição e descarte de acervos” e “Política de preservação de acervos institucionais”. O primeiro possui 20 páginas e o segundo, 33 páginas. O documento disponibilizado pela Fundaj tem por título “Política de acervo: manual de gerenciamento e uso”, com 53 páginas. O documento da COC possui 27 páginas, com título “Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde”, e o do Mpeg possui 34 páginas e o título “Normas gerais de uso e gerenciamento das coleções científicas do Museu Paraense Emílio Goeldi”. A maioria deles possui entre 20 a 35 páginas. Caso os dois documentos do Mast constituíssem um único manual, ele teria em torno de 53 páginas, semelhante ao da Fundaj, o mais extenso dentre os estudados. Após averiguação, infere-se que o número de páginas não se relaciona com o grau de detalhamento ou abrangência das orientações.

Em relação aos títulos, constatou-se que os termos mais recorrentes são “política/normas”, “acervos/coleções”, “preservação” e “gestão/gerenciamento”. Destaca-se que somente dois apresentam o termo “preservação”, enquanto três incluem os termos “gestão/gerenciamento”, sendo um deles o do COC que apresenta também o termo “preservação”. Os termos escolhidos para compor o título de um documento determinam a tônica e o enfoque do documento, sendo essenciais para transmitir a mensagem que se pretende e facilitar a recuperação da informação pelos usuários. Assim, ao escolher o termo “política/normas”, o museu confere ao documento um caráter institucional, facilitando seu reconhecimento como fonte interna de informação. Ao inserir o termo “acervo/coleções”, estabelece o recorte temático a que o conteúdo se refere. E, ao inserir os termos “preservação” e “gestão/gerenciamento”, informam a finalidade do conteúdo ali contido. A inserção do termo “preservação”, no campo dos títulos e subtítulos, além de

conferir o caráter de finalidade, facilita a recuperação da informação sobre a relevância da preservação nos documentos que registram as políticas de gestão de acervos. Isso, no entanto, não torna menos relevantes os documentos que não explicitam o termo, mas abordam a temática no próprio documento.

Os documentos analisados expressam o conteúdo partindo de princípios gerais para princípios específicos, ou seja, inicialmente são listados os parâmetros referentes a todas as coleções ou departamentos para, em seguida, serem detalhadas as diretrizes específicas para cada coleção ou departamento, de forma que as diretrizes específicas complementam as diretrizes gerais de acordo com as especificidades dos acervos/coleções.

Em termos particulares, cada instituição organiza o texto em tópicos compatíveis com suas características institucionais. Explorando-se os documentos, constatou-se que, embora o conteúdo tenha subdivisões, ele pode ter aproximações semelhantes ou completamente independentes. Dessa forma, podem ocorrer várias formas de abordagem, aprofundamento e direcionamento do conteúdo em um mesmo documento, de acordo com o que a equipe de formulação considera mais relevante no tocante àquela coleção, departamento ou entidade e mais adequado à sua instituição.

No que tange à citação do período em que o documento deve passar por uma revisão, apenas a política de aquisição e descarte do Mast e a da COC apresentam um prazo delimitado de 05 e 04 anos para atualização ou revisão, respectivamente. A menção a esse aspecto é válida por incentivar a equipe a realizar processos de avaliação de suas práticas, aferindo se ainda são adequadas ao contexto institucional contemporâneo e promovendo buscas por inovações referentes aos processos de gestão de acervos. A gestão da informação colabora com tais revisões ao auxiliar a busca por informações e registrar os documentos que demarcam as práticas a serem modernizadas.

Nas próximas considerações, analisou-se somente o conteúdo das orientações gerais e das específicas aos acervos museológicos tridimensionais móveis em virtude do enfoque da pesquisa em documentos voltados para esse tipo de acervo. Logo, o conteúdo analisado em cada documento contempla as informações e as orientações gerais e específicas aos acervos museológicos, nos documentos que dividem o conteúdo por tipo de acervo.

Todas as políticas apresentaram a tipologia de objetos sob a guarda dos museus contemplando o recorte temporal, geográfico e/ou temático de interesse da instituição. A parcela representativa do texto quanto à caracterização do acervo do Mast encontra-se na política de aquisição e descarte. O documento determina a tipologia de objetos encontrada, o período e o tema das peças, mas não especifica seu recorte geográfico, dando a entender que se interessa por bens culturais de qualquer localidade:

O acervo museológico é composto por objetos de ciência e tecnologia (instrumentos científicos), mobiliário, luminárias, placas, serralheria, esculturas, vidros e cristais, procedentes principalmente do Observatório Nacional. Também fazem parte do acervo museológico objetos de ciência e tecnologia doados por institutos de pesquisa ou por cientistas juntamente com seus arquivos pessoais. Esses instrumentos são originados, em sua maioria, dos séculos XIX e início do XX. Mais recentemente, o MAST passou a coletar objetos provenientes da segunda metade do século XX. (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 2011, p.4)

Conforme indicado pelo código de ética dos museus desenvolvido pelo Icom, a instituição esclarece o motivo da importância de seu acervo, destacando que

a coleção museológica é uma das mais importantes do gênero. É composta de instrumentos científicos que foram utilizados em serviços e pesquisas, como a determinação e a transmissão da hora legal do país, a previsão do tempo, as efemérides astronômicas, a demarcação das fronteiras brasileiras, o mapeamento magnético do solo brasileiro, nas comissões contra os efeitos das secas e nas de melhoramento dos portos.

Os acervos procedentes dos diversos institutos de pesquisa são compostos de objetos representativos de várias disciplinas e/ou técnicas científicas, resultantes de pesquisas ou utilizados nas mesmas. Juntamente com instrumentos que podem ser encontrados em instituições e museus similares (telescópios, teodolitos, círculos meridianos, trânsitos, relógios de precisão, magnetômetros, instrumentos de meteorologia, comparadores etc.), o MAST preserva alguns instrumentos muito peculiares e raros, como o previsor de marés de Kelvin, o analisador harmônico de Henrici, o instrumento de Salmoiraghi para determinar a equação pessoal e instrumentos para instalar fios de teia de aranha em retículos. Os fabricantes desses objetos estão entre os mais famosos e hábeis da Europa e representam os nomes de maior prestígio na indústria de precisão da época. (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 2011, p.5)

O documento veiculado pela Fundaj expõe a tipologia de itens sob sua guarda, seu recorte geográfico e temático, mas não menciona a existência de um recorte temporal, indicando que possui interesse por itens de qualquer época:

2.1 O acervo do Muhne está distribuído em reserva técnica e em exposição de longa duração e é composto por objetos tridimensionais, principalmente referentes ao Nordeste do Brasil, no seu aspecto político, econômico, social, histórico, antropológico e cultural.

2.2 O acervo do Muhne é composto por objetos relativos:

I – Aos povos e às comunidades tradicionais do Nordeste.

II – Aos instrumentos e às técnicas de trabalho.

III – À vida cotidiana (nos meios rural e urbano, nas casas senhoriais e nas senzalas).

IV – Às crenças e práticas religiosas.

V – Às formas de expressões artísticas e culturais.

VI – Aos fragmentos arquitetônicos e de arqueologia urbana. (FUNDAÇÃO, JOAQUIM NABUCO, 2010, p.18)

A política da COC apresenta todas as informações esperadas, esclarecendo que a instituição busca formar um acervo relacionado especificamente à sua memória institucional:

Classificado na área da ciência e tecnologia em saúde, o acervo museológico tem ênfase na história institucional. Abrange período compreendido entre meados do século 19 e a atualidade e é formado por instrumentos e equipamentos de laboratório, materiais e maquinário utilizados na produção de medicamentos e vacinas, instrumentos médicos, mobiliário, indumentária, objetos pessoais de cientistas da instituição e uma pinacoteca. (CASA DE OSWALD CRUZ, 2013, p.15).

As normas veiculadas pelo Mpeg descrevem, de forma clara, sua intenção enquanto instituição, apresentando seu recorte temático e geográfico.

2.1 As Coleções Científicas abrangem um variado acervo de materiais destinados ao estudo científico da biota e das sociedades humanas da Amazônia.

[...]

2.2 No cumprimento de seus objetivos, as coleções têm por prioridade a representação da Amazônia, mas também compreende a Região Neotropical como um todo, porque a compreensão científica da origem e evolução da biota e das sociedades amazônicas implica a realização de estudos comparativos, mais amplos, abrangendo biotas e grupos

humanos neotropicais extra-amazônicos.

2.3 Algumas Coleções abrigam também, a título de material comparativo e didático (para cursos de pós-graduação), exemplares de peças de outras regiões sociobiogeográficas. (MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI, 1999, p.1)

A tipologia de objetos de cada coleção é contemplada nas suas respectivas normas específicas, vinculadas às coordenações que as gerenciam. Apenas na coleção de ciências humanas, não estão explícitos seus objetos de interesse.

Ao caracterizar os temas de interesse, as instituições analisadas comunicam a relevância de tais temas, justificando-os enquanto alvo de valoração. Facilitam com isso o estabelecimento de critérios de aquisição e de alienação dos bens culturais, simplificando a aceitação e recusa de itens.

As políticas analisadas apresentaram aspectos de inter-relação entre todos os processos. Destaca-se a inter-relação da conservação com a aquisição, a alienação e o empréstimo sendo expressa na menção das análises de estado de conservação dos bens, da ponderação desse estado na seleção de novos bens para integrar o acervo, serem emprestados ou serem desincorporados do acervo, na menção do estabelecimento das condições de manutenção demandadas pelo bem como um condicionante de seleção ou empréstimo e do estabelecimento da logística de embalagem e transporte para a coleta ou a entrega do bem (quando for o caso). A inter-relação entre empréstimos, conservação e documentação ocorre na menção aos registros das medidas realizadas de conservação preventiva, curativa e restauração e na citação do registro de descobertas quanto às técnicas de confecção e materiais constituintes dos bens e suas demandas de preservação (como níveis adequados de temperatura, umidade relativa, iluminância, modelos de acondicionamento e embalagem, técnicas de manuseio e higienização etc).

## Considerações finais

Por meio de um levantamento das políticas de gestão de acervos brasileiras disponibilizadas na web foi realizado um diagnóstico preliminar da disseminação das políticas de gestão de acervos no país. Concluiu-se que a maior parte dos museus não disponibiliza suas políticas, assim como também não possui uma página na web, o que aponta uma grave falta de comunicação das instituições nacionais na web, a maior rede de pesquisa e troca e informações global. Tal resultado aponta a necessidade do desenvolvimento de uma estratégia por parte do Ibram de incentivo à inclusão digital dos museus brasileiros. Após visita ao site da instituição verificou-se que tal iniciativa está sendo desenvolvida por duas frentes: por meio do programa Acervo em rede e da Rede Nacional de Identificação de Museus e da plataforma Museusbr.

De acordo com a página do Ibram, o programa Acervo em Rede pretende lançar um portal online que integre os museus presentes no território nacional, promova um intercâmbio de informações entre eles e a disseminação de informações sobre os acervos; assim como almeja desenvolver um sistema informatizado de gestão do patrimônio disponibilizado gratuitamente e aspira desenvolver um instrumento digital de controle terminológico e estabelecer normas, padrões e procedimentos para a catalogação dos diversos tipos de bens musealizados. Esse programa desenvolveu um sistema de gestão de repositório digital, chamado Tainacan, em parceria com a Universidade Federal de Goiás cuja primeira versão foi lançada em abril de 2016 e a segunda versão tem previsão de lançamento para abril de 2017.

A Rede Nacional de Identificação de Museus foi lançada em 2015 concomitantemente à plataforma Museusbr, uma plataforma de saída de dados sobre os museus brasileiros pelo meio da qual as instituições podem se registrar e assim integrar de maneira formalizada o Sistema Brasileiro de Museus, de forma que tal sistema possa acompanhar “as dinâmicas de criação, fusão, incorporação, cisão ou extinção de museus, visando criar mecanismos de coleta, análise e compartilhamento de informações”. Atualmente esse registro de museus (ferramenta da Política Nacional de Museus) está em fase inicial, contemplando somente os museus tradicionais, posteriormente as outras modalidades também poderão ser cadastradas. Tal plataforma oferece, dentre outras coisas, a geração de páginas eletrônicas para os museus cadastrados, o que deve diminuir a lacuna da presença dos museus no meio digital.

O levantamento sobre a disseminação das políticas na web também inferiu que a maior parte dos museus que possuem portais online se concentra na região sudeste, o que indica uma maior interação digital dos museus com o público nessa região e uma carência nas outras, o que reflete o contexto econômico de investimento e desenvolvimento na área museal nacional. Assim como se percebeu que parte dos museus brasileiros que disponibilizam documentos o fazem com documentos de natureza técnica diversa (outros documentos institucionais), o que demonstra uma preocupação nascente com a divulgação para o público de informações institucionais referentes à instituição enquanto organização cultural e um resultado provavelmente decorrente da lei 12.527, lei de acesso à informação, publicada em 2011. Mas também indica um hiato na transmissão dos documentos analisados, o que gerou uma das maiores dificuldades da pesquisa: a falta de material para análise comparativa mais aprofundada ou análise quantitativa.

Por fim, concluiu-se que as políticas analisadas apresentam inter-relações claras entre os processos de aquisição, alienação, documentação, conservação e empréstimo de bens culturais, de forma a disseminar a concepção da gestão de acervos como um sistema integrado pertencente ao processo de musealização de bens culturais.

## Referências

- ARARIPE, Fátima M. Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 111-122, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=63>. Acesso em: 21 abr. 2015.
- AUGUSTIN, R. F. G. **Políticas de gestão de acervos, instrumentos auxiliares na tomada de decisão: análises de documentos disponibilizados por museus brasileiros na web**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, UFMG, Belo Horizonte, 2017, 97p.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil, 1988. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, [1988?].
- BRASIL Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União de 15/01/2009, P. 1
- BRAYNER, N G. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. Brasília: IPHAN, 2007.
- CASA DE OSWALDO CRUZ. **Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2013. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/patrimonio-cultural/politica-de-preservacao-e-gestao-de-acervos>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- CASA DE OSWALDO CRUZ. **Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde: Anexo**

I – programas de preservação e gestão. Programa de tratamento técnico de acervos. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2015. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/patrimonio-cultural/politica-de-preservacao-e-gestao-de-acervos>. Acesso em: 20 dez. 2015.

CASA DE OSWALDO CRUZ. **Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde:** Anexo I – programas de preservação e gestão. Programa de incorporação de acervos. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2014. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/patrimonio-cultural/politica-de-preservacao-e-gestao-de-acervos>. Acesso em: 20 dez. 2015.

CHAGAS, M. Cultura, Patrimônio e Memória. **Revista Museu**. 2005. Disponível em: <[www.revistamuseu.com.br/18de Maio/artigos.asp?id=5986](http://www.revistamuseu.com.br/18de Maio/artigos.asp?id=5986)>. Acesso em: 03 out. 2015.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Código de ética do ICOM para museus:** versão lusófona. [Belo Horizonte]: Superintendência de Museus do Estado de Minas Gerais, 2009.

COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO; CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Declaração de princípios de documentação em museus e diretrizes internacionais sobre objetos de museus:** categorias de informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC-ICOM). São Paulo: Secretária de Estado de Cultura de São Paulo, 2014.

DESVALLÉES, A; MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de museologia.** São Paulo: ICOM: Armand Colin, 2013. p.79-81. Disponível em: [http://icom.museum/fileadmin/user.../Conceitos-ChavedeMuseologia\\_pt.pdf](http://icom.museum/fileadmin/user.../Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf). Acesso em: 21 abr. 2015.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Resolução do conselho de administração nº 136, de 11 de dezembro de 2013 que dispõe sobre a política de preservação de acervos da Embrapa.** 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/1532828/Pol%C3%ADtica+de+preserva%C3%A7%C3%A3o+de+acervos+da+Embrapa.pdf/96d8fc3f-ba67-4a09-86c8-50bce4ef8fbd>. Acesso em: 20 dez. 2015.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Política de acervo:** manual de gerenciamento e uso. Recife, 2010. 53f. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/didoc/politicadeacervoago2010.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2015.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social-1989.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Guia dos museus brasileiros.** Brasília: MinC/IBRAM, 2011.

\_\_\_\_\_. Opiniões para o debate e a construção de um instrumento normativo internacional de preservação e promoção dos museus, do patrimônio museológico e das coleções. 2012. Disponível em: [www.unesco.org/culture/museum/pdf/ibrampt.pdf](http://www.unesco.org/culture/museum/pdf/ibrampt.pdf). Acesso em: 14 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Acervo em rede. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/cur-sos-eventos/acervo-em-rede/>. Acesso em 07 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Rede Nacional de Identificação de Museus. Disponível em: <http://renim.museus.gov.br/>. Acesso em 07 abr. 2017.

KOTHARI, C. R. **Research methodology: methods and techniques.** New Delhi: New Age International Limited, 2004. Disponível em: <http://www2.hcmuaf.edu.vn/data/quoctuan/Research%20Methodology%20-%20Methods%20and%20Techniques%202004.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2015

LADKIN, N. Gestão do acervo. In: CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Como gerir um museu:** manual prático. Paris: ICOM-UNESCO, 2004. p.17-32. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2015.

MUSEU DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Ato Normativo TJ nº 32/2011, que dispõe sobre a política de aquisição e descartes de bens culturais.** Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/museu/regulamentacao>. Acesso em: 20 dez. 2015.

MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Política de empréstimo de**

- obras.** São Paulo, 2014. Disponível em: [http://www.mac.usp.br/mac/conteudo/institucional/institucional\\_polem-prestimo.asp](http://www.mac.usp.br/mac/conteudo/institucional/institucional_polem-prestimo.asp). Acesso em: 20 dez. 2015.
- MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Política de preservação de acervos institucionais.** Rio de Janeiro: Mast, 1995. Disponível em: [http://www.mast.br/pdf/politica\\_de\\_preservacao\\_de\\_acervos\\_institucionais.pdf](http://www.mast.br/pdf/politica_de_preservacao_de_acervos_institucionais.pdf). Acesso em: 20 dez. 2015.
- MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Política de aquisição e descarte de acervos.** Rio de Janeiro: Mast, 2011. Disponível em: [www.mast.br/pdf/politica\\_de\\_aquisicao\\_e\\_descarte.pdf](http://www.mast.br/pdf/politica_de_aquisicao_e_descarte.pdf). Acesso em: 20 dez. 2015.
- MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. **Política de aquisição e descarte de acervos do Museu Histórico de Santa Catarina – MHSC.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 2015. Disponível em: [http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc/arquivosSGC/DOWN\\_173044Politica\\_de\\_Aquisicao\\_e\\_Descartes\\_do\\_MHSC.pdf](http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc/arquivosSGC/DOWN_173044Politica_de_Aquisicao_e_Descartes_do_MHSC.pdf). Acesso em: 20 dez. 2015.
- MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI. **Normas gerais de uso e gerenciamento das coleções científicas.** Belém, 1999. Disponível em: <http://www.museu-goeldi.br/portal/content/documentos-0>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI. **Política de dados de coleções e acervos científicos biológicos do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG.** Belém, 2007. Disponível em: <http://www.museu-goeldi.br/portal/content/documentos-0>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- RITCHIE, J. The applications of qualitative methods to social research. In: RITCHIE, J., LEWIS, J. **Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers.** London: Sage Publications, 2003. p. 24-46. Disponível em: [https://mthoyibi.files.wordpress.com/2011/10/qualitative-research-practice\\_a-guide-for-social-science-students-and-researchers\\_jane-ritchie-and-jane-lewis-eds\\_20031.pdf](https://mthoyibi.files.wordpress.com/2011/10/qualitative-research-practice_a-guide-for-social-science-students-and-researchers_jane-ritchie-and-jane-lewis-eds_20031.pdf). Acesso em: 30 mar. 2015.
- SANTOS, F. B. dos; FLORENZANO, M. B. B. (orgs.). **Procedimentos e Normas do Museu de Arqueologia e Etnologia MAE/USP.** Campo Grande, MS: Life Editora, 2013. Disponível em: <http://www.vmptrbr.mae.usp.br/c/67>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- SANTOS, L. B.; LOUREIRO, M. L. N. M. Musealização como estratégia de preservação: Estudo de Caso sobre um previsor de marés. **Museologia e Patrimônio**, v. 5, p. 49-67, 2012. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/211/187>. Acesso em: 03 out. 2015.
- SCHEINER, T.C. Museus, Museologia e o patrimônio universal. **Revista Museu.** 2007. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=12838>. Acesso em: 03 out. 2015.